



**PARECER PRÉVIO Nº 147/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11416/2017.**

**Apensos:** Processo nº 10449/2017, 10429/2017, 10446/2022, 17514/2021 e 12607/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Raimundo Nonato de Araujo Magalhães (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Fabrício Catunda da Silva OAB/AC A-744, Ana Carolina Soares Souza OAB nº 12.300, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Alvimar da Costa Monteiro Junior - OAB/AM 8580 e Nancy Neves Reis Lopes – OAB/AM 5250.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5717/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da Prefeitura Municipal de Coari, referentes ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Nonato de Araújo Magalhães**, ex-Prefeito, em virtude das irregularidades não sanadas relacionadas aos atos de governo, conforme fundamentado no presente Relatório/Voto, em observância ao art. 71, I, da CRFB, e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas;

**11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de Setembro de 2023



**PARECER PRÉVIO Nº 147/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**

Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**

Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 147/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 147/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11416/2017.**

**Apenso:** Processo nº 10449/2017, 10429/2017, 10446/2022, 17514/2021 e 12607/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Coari.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Raimundo Nonato de Araujo Magalhães (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Fabrício Catunda da Silva OAB/AC A-744, Ana Carolina Soares Souza OAB nº 12.300, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Alvimar da Costa Monteiro Junior - OAB/AM 8580 e Nancy Neves Reis Lopes – OAB/AM 5250.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5717/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2016.

Revelia. Encaminhamento. Determinação.  
Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel** o Sr. Alvimar da Costa Monteiro Junior, ex-Controlador-Geral, e a Sra. Monalisa Gadelha Cordovil, ex-Controladora-Geral, nos termos do art. 20, §4º, da Lei n.º 2.423/1996, em virtude da não apresentação de defesa, apesar de devidamente notificados;

**10.2. Encaminhar**, após a sua devida publicação, este **PARECER PRÉVIO**, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste processo à Câmara Municipal de Coari, a fim de que o referido Órgão, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da



**ACÓRDÃO Nº 147/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 147/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*

**10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo - SECEX que adote as medidas necessárias para a autuação de apenas um processo autônomo, a fim de apurar a responsabilidade pelas restrições remanescentes relacionadas aos atos de gestão levantados pela DICAMI, DICREA e DICOP e devidamente elencadas no presente Relatório/Voto, com o carreamento ao novo processo dos documentos e relatórios que se encontram presentes no caderno processual em questão, além de cópia do “Relatório Final de Transição de Governo Municipal” de fls. 856/874;

**10.4. Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que, através do Setor competente, vinculado à referida Secretaria, cientifique o interessado, por meio de seus patronos, sobre o teor do Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno da Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente *decisum*;

**10.5. Arquivar** o feito, nos termos regimentais, após o cumprimento integral do decisório.

**11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de Setembro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**ACÓRDÃO Nº 147/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 147/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral